



## SESSÃO TEMÁTICA Nº 10 – AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Edmilson José dos Santos Júnior/Universidade Federal do Cariri  
Jaqueline Dourado do Nascimento/ Universidade Federal do Cariri

#### Resumo:

A avaliação de políticas educacionais é um dos mecanismos de verificação da qualidade das práticas de gestão e pedagógicas. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior se constitui por meio da avaliação dos cursos de graduação, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e a avaliação institucional externa e interna. A avaliação institucional interna, denominada autoavaliação, de caráter obrigatório, possibilita o diagnóstico da instituição, conhecer a sua realidade, refletir coletivamente os resultados alcançados e ao mesmo tempo contribuir para a tomada de decisão. Objetiva-se, com esta pesquisa, analisar como a autoavaliação institucional está inserida no contexto dos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri. A metodologia caracteriza-se pela abordagem qualitativa, na perspectiva de um estudo de caso avaliativo, tratando-se de um desdobramento do Projeto de Pesquisa “Uma análise do uso dos resultados do Enade na UFCA”, vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social e ao Grupo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas. Realizou-se entrevistas com 14 coordenadores de cursos de graduação e uma análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação, usando a análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Verificou-se a presença de elementos referentes à autoavaliação institucional em 55% dos textos, abordando a prática de autoavaliação como instrumento de melhoria e, ocasionalmente, aponta a ausência de uma cultura avaliativa. No cotidiano dos cursos, as informações chegam principalmente na fase da realização das avaliações, como limitantes apontam o tipo de linguagem, forma de divulgação, e a falta de clareza dos encaminhamentos decorrentes do processo avaliativo e compreendê-la somente como a avaliação pedagógica dos docentes e estudantes acerca do funcionamento do curso, disciplinas e infraestrutura da IES. Nessa perspectiva, verificou-se que a utilização da autoavaliação, como ferramenta pedagógica e de gestão, ainda ocorre de maneira incipiente, o que acaba limitando o viés formativo da mesma.

**Palavras-chave:** Autoavaliação institucional. Cursos de graduação. Universidade Federal do Cariri.

## ***1 - INTRODUÇÃO***

Esta pesquisa tem como foco as discussões de avaliação de políticas públicas no campo educacional, tendo como objetivo “analisar como a autoavaliação institucional está inserida no contexto dos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri (UFCA)”. A avaliação como prática de gestão ganha centralidade na esfera pública, por ser um dos mecanismos de acompanhamento e verificação da efetividade das políticas públicas, sobretudo pela agenda globalizada vivenciada pelos países ocidentais nas últimas décadas (AFONSO, 2013).

Avaliar é atribuir um julgamento a uma ação, valorar ou não o seu mérito (SCRIVEN, 1967), com vistas a contribuir para uma tomada de decisão (STUFFLEBEAM, 2001). Mesmo sendo um verbete bastante utilizado pela literatura especializada, ainda não é possível obter um consenso com definições, tipos e usos das avaliações, influenciados por diversas situações, tais como perspectivas políticas, contextos, concepções de educação, dentre outros. Existe uma disparidade de contextualização sobre as funções da avaliação, sobretudo, pela sua inserção em áreas multidisciplinares e interdisciplinares (OLIVEIRA; PASSADOR, 2019).

No Brasil, a partir da década de 1990, as discussões de gestão de políticas públicas e os demais processos que a compõem, como a avaliação, tornaram-se mais presentes, por exemplo, com as experiências de avaliações em larga escala, como é o caso do campo da educação, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A avaliação de políticas educacionais tem sido direcionada para a verificação da qualidade do ensino ofertado e acompanhamento das práticas pedagógicas pelas diferentes Instituições de Educação Superior (IES) que compõem os sistemas de educação (DIAS SOBRINHO, 2010; 2013; RISTOFF, 2018).

O Sinaes, atual política nacional de avaliação da educação superior, implementada pela Lei n.º 10.861 de 2004, objetiva regular a qualidade da educação ofertada nas IES. Nas dicções da referida legislação, encontra-se descrito a estrutura do sistema em voga, com a realização de diagnósticos em larga escala e outros executados pelas próprias IES, que ocorre por meio de um “tripé” avaliador: a avaliação dos cursos de graduação, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e a avaliação institucional externa e interna (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional interna, denominada de autoavaliação, é realizada anualmente pelas IES, de caráter obrigatório, que tem como possibilidade traçar um diagnóstico da instituição, conhecer a sua realidade, refletir coletivamente os resultados alcançados e ao mesmo tempo contribuir para a tomada de decisão (INEP, 2004). Vale ressaltar que, a

autoavaliação institucional tem uma característica singular, que é o aspecto formativo, quantitativo, mas, sobretudo, qualitativo, que contempla diferentes estratégias.

Discutir As práticas de autoavaliação possibilitam ações de reflexão-ação (práxis) inseridas no contexto das IES, tornando-se assim, um importante objeto de investigação. Um outro aspecto a ser levado em consideração, versa na vasta produção acadêmica de estudos realizados com o foco nas avaliações em larga escala, sobretudo o Enade, o que demonstra a necessidade de novas pesquisas voltadas para a autoavaliação institucional.

## ***2 - O SINAES E A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL***

No campo educacional, como parte das políticas públicas, é importante resgatar o enredo da implantação do Estado Neoliberal. O modelo neoliberal tornou-se bem aceito no território da América Latina em virtude das crises políticas e sociais vivenciadas por estas sociedades, sobretudo em relação às consequências negativas que atravessaram o sistema político, além das pressões decorrentes dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, dentre outros, o que demandou, especificamente para o Brasil, a necessidade da administração pública se adaptar ao difícil contexto econômico. Havia, das décadas de 1980 e 1990, um cenário ideal para a implantação de um modelo pautado no fortalecimento dos ideais de “[...] um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia.” (CARINHATO, 2008, p. 38).

Neste contexto, a avaliação é um espaço de tensionamento político e técnico, o que demanda dos gestores um trabalho que seja pautado numa abordagem técnica no sentido dos instrumentos, métodos (monitoramento) e ao mesmo tempo, não deixa de demandar um viés político, porque exige a tomada de decisão. Essa dualidade abre espaço para que sejam consideradas avaliações com caráter emancipatório, que contribui para o alcance de uma educação qualificada e contextualizada. O que abre espaço para os diferentes enfoques da avaliação, em uma perspectiva de uma educação formativa, que contempla os diferentes atores e contextos, que seja um instrumento para a tomada de decisão pautada em práticas que não se limitam ao viés mercadológico. (DEMO, 2010; ROTHEN; SANTANA, 2018; OLIVEIRA; GUSSI, 2017).

A avaliação emancipatória tem os seus princípios imbricados a pontos contraditórios à ideia de regulação. Seguindo essa linha de raciocínio, trazemos Rothen e Santana (2018),

contribuem teoricamente para a compreensão da relação da avaliação emancipatória com a educação, categorizando esse elo como uma nova tendência de estudar e usar a avaliação. Deve-se levar em consideração que tanto a avaliação como a educação são fenômenos atravessados por complexidades sociais, quer seja pelas questões epistemológicas que as cercam, quer seja pelas funções exercidas na sociedade atual. Isto ocorre porque a educação deve se constituir enquanto ação de (trans)formação cidadã e a avaliação no contexto educacional tem possibilitado a prática de autoconhecimento e (re)modelação desta ação.

A avaliação institucional, entra na agenda das reformas educacionais com foco no acompanhamento da qualidade do ensino disponibilizado pelas diferentes instituições. De acordo com Dias Sobrinho (2010), os processos avaliativos têm como potencial gerar mudanças nos aspectos didáticos-pedagógicos e de gestão, sendo fonte de produção do conhecimento sobre a instituição e de maneira ampliada sobre a rede de ensino, além de ser fonte de pesquisas e de acompanhamento pela sociedade da educação formal. Nesse sentido, o Sinaes busca contribuir para a compreensão da complexidade do sistema educacional, uma formação que contemple uma educação integral.

No campo da avaliação educacional brasileira temos a criação de sistemas de avaliação, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Sinaes que buscam acompanhar o ensino ofertado nas diferentes instituições. No tocante à Educação Superior, o Sinaes se estrutura em três eixos: a avaliação de cursos, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e a avaliação institucional externa e interna, denominada autoavaliação institucional (BRASIL, 2004; 2007).

O primeiro, a avaliação de cursos, objetiva a autorização de funcionamento dos cursos de graduação, já o segundo, o Enade, busca diagnosticar o desempenho dos estudantes de nível superior e o terceiro, a avaliação institucional (externa e interna), sendo a externa de cunho regulatório para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento das IES, utilizada para fins de atos autorizativos do MEC e a avaliação interna ou autoavaliação, realizada pela IES para conhecimento de sua realidade, reflexão e acompanhamento das práticas de gestão e pedagógicas, está última tendo um caráter mais formativo (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006; BRASIL, 2007).

Neste trabalho temos como foco a autoavaliação, que é a avaliação interna realizada pelas IES, contempla as dimensões do Sinaes, sendo desenvolvidas considerando de maneira ampliada os aspectos pedagógicos, gestão, político, uma avaliação que possibilita um conhecimento sobre a instituição e sua relação com a sociedade a qual está inserida. Conforme

a Lei 10.861 de 2004, a autoavaliação, com um caráter diagnóstico, assim como propositivo de utilização dos resultados deverá ser realizado por todas as IES, como elemento integrante do Sinaes, considerando as seguintes dimensões:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004, p.1).

De maneira geral, além dessas dimensões, busca avaliar outras dimensões relacionadas aos cursos, organização didático-pedagógica, avaliação docente e instalações físicas. A autoavaliação, realizada em um ciclo trienal, com a elaboração de diagnósticos e acompanhamento do processo de implementação de melhorias propostas pela IES, com envio de relatórios parciais e um final de fechamento do ciclo. A autoavaliação é conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), compostas por representantes técnicos, docentes, estudantes e sociedade civil, que devem envolver de maneira coletiva a participação de todos (BRASIL, 2004; INEP, 2004).

Maba e Marinho (2012), mostram-nos em seu estudo, uma investigação que se propôs a analisar a aproximação entre a autoavaliação institucional e as práticas decisórias de seis IES vinculadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) do estado de Santa Catarina. Os principais resultados registram que existe consenso entre os respectivos gestores em considerar a autoavaliação importante, no entanto, a utilização dos seus resultados não é

uma prática comum a todos, sobretudo, pela percepção de que a mesma é limitada, confusa e não consegue refletir a realidade institucional de maneira fidedigna.

De forma semelhante, o trabalho de Andriola e Souza (2010), buscou analisar a cultura avaliativa da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos *campi* de Fortaleza - CE. Infere-se que os gestores e técnicos-administrativos conhecem a sistematização do Sinaes, mesmo que só em parte. Ademais, como no período da realização desta pesquisa, a participação dos estudantes ocorria de maneira voluntária, elencou-se que a baixa participação discente, induziu para uma carente cultura avaliativa. Outro dado marcante é a compreensão de que a experiência com avaliação institucional no Brasil sempre foi marcada pela regulação, em que as IES somente reproduzem um roteiro pronto de avaliação do Ministério da Educação (MEC).

Já Falleiros, Pimenta e Valadão Júnior (2016), encontram resultados diferentes, ao analisarem os significados da avaliação institucional na visão de técnicos administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nos períodos de 2009 e 2013. Neste caso, há um intenso processo de desconhecimento acerca da autoavaliação institucional, sendo por exemplo, confundida à avaliação de progressão de carreira. Por outro lado, assim como a realidade retratada por Maba e Marinho (2012), observou-se a desvalorização da autoavaliação institucional como ferramenta de melhoria da qualidade educacional, além disso, assim como evidenciado na pesquisa Andriola e Souza (2010), consideram-na restrita ao viés burocratizado de alimentação dos sistemas autorizativos do MEC.

Ainda sobre a correlação da autoavaliação institucional e a gestão universitária, Ferreira e Freitas (2017) nos dizem que a avaliação institucional interna, como ferramenta individualizada e autorreflexiva do Sinaes, possibilitou a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), com a implantação de uma nova gestão, no ano de 2014, uma gradativa mudança positiva. Essa mudança ocorreu com base no eixo formativo da avaliação, em que a instituição de ensino, os cursos de graduação, os documentos oficiais e os diversos atores sociais e educacionais passaram a ser partes integrantes da avaliação, atento às necessidades, problemáticas e melhorias aguçadas por cada uma dessas partes.

Por isso, devemos refletir também como a avaliação institucional se relaciona com os documentos oficiais, como os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC). Nesse contexto, Veiga (2003; 2004) ao tratar dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), relata que documentos como estes, devem subsidiar informações norteadoras, responsáveis por direcionar as estruturas das bases curriculares e pedagógicas a serem empregadas, com vistas a contemplar uma formação ética, política e cidadã. Esse pensamento nos faz perceber que os PPC necessitam ser

incorporados no processo de avaliação, especialmente, porque desenvolvem papel instrutor de elaboração, planejamento e acompanhamento do ensino ofertado.

## 5 - PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia caracteriza-se pela abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 2018), na perspectiva de um estudo de caso avaliativo (GIL, 2009), com um olhar aprofundado sobre a autoavaliação em uma Instituição de Ensino Superior. Trata-se de um desdobramento do Projeto de Pesquisa “Uma análise do uso dos resultados do Enade na UFCA”, vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS/UFCA) e ao Grupo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (GAAP/UFCA).

Esta pesquisa foi desenvolvida no período de janeiro de 2020 a maio de 2021, com a coleta de dados primários. Primeiramente, através do levantamento de informações sobre a autoavaliação institucional nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de graduação existentes na UFCA, como pode ser visto no Quadro 1. Em seguida, buscou-se compreender a opinião dos coordenadores de curso de graduação da UFCA em relação aos processos da autoavaliação institucional. Para a etapa das entrevistas foram enviados convites para os 23 coordenadores da UFCA, destes 14 participaram da pesquisa. Os coordenadores dos cursos de Administração, Administração Pública e Gestão Social, Design, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Física, Interdisciplinar de Ciências Naturais e Matemática, Jornalismo, Letras/Libras, Matemática, Matemática Computacional, Medicina, Música e Pedagogia.

**Quadro 1** – Relação dos cursos de graduação pesquisados

CURSO	ANO	LINK DO PPC
Administração	2009/2019	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6213">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6213</a>
Administração Pública e Gestão Social	2010/2016	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6274">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6274</a>
Agronomia	2018	<a href="http://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=5107">http://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=5107</a>
Biblioteconomia	2006	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6231">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6231</a>
Ciências Contábeis	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6281">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6281</a>
Ciência da Computação	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6235">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6235</a>

Design	2014	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6285">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6285</a>
Engenharia Civil	2017	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6287">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6287</a>
Engenharia de Materiais	2009	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6291">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6291</a>
Filosofia	2007	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6295">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6295</a>
História	2014/2016	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6293">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6293</a>
Interdisciplinar de Ciências Naturais	2017	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6297">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6297</a>
Jornalismo	2016	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6255">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6255</a>
Letras/Libras	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6300">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6300</a>
Matemática Computacional	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6302">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6302</a>
Medicina	2001	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6264">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6264</a>
Música	2014	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6266">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6266</a>

Fonte: Elaboração dos autores.

Em relação ao processo de tratamento da pesquisa documental, utilizou-se a técnica de análise textual, a partir de um quadro operacional. Este quadro foi preenchido a partir das informações coletadas com a aplicação de descritores nos textos dos PPC, tais como: avaliação, avaliação institucional, autoavaliação e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Logo em seguida, com suporte do *Software Microsoft Excel for Windows*, inserimos os nomes dos cursos, período de criação ou renovação dos PPC, e os trechos em que a avaliação institucional ou a autoavaliação foram mencionados.

A partir desse processo, sistematizou-se um *corpus* textual, posteriormente analisado no *Software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (Iramuteq)*, de acesso livre. A utilização deste *software*, conforme Vizeu Camargo e Justo (2013), possibilita a análise textual de diversas naturezas, com foco na identificação de variáveis estatísticas. Neste caso, realizou-se a técnica de lexicografia básica, ou seja, buscou-se inferir a frequência média de uso das palavras comuns entre os documentos investigados.

No tocante às entrevistas semiestruturadas, realizou-se um levantamento do perfil dos participantes, tais como o sexo, titulação acadêmica, tempo de ingresso na UFCA. Os questionamentos analisaram três aspectos da autoavaliação institucional na opinião dos

coordenadores: a) a finalidade da autoavaliação institucional; b) a importância da autoavaliação institucional na sua prática profissional; e c) a participação dos estudantes no processo de autoavaliação institucional da UFCA.

Os resultados das entrevistas seguiram os procedimentos da análise de conteúdo, à luz de Bardin (2009), na perspectiva de compreendê-los através de aspectos linguísticos encontrados nos relatos dos coordenadores de curso de graduação da UFCA, seguindo um fluxo de organização em categorias, de acordo com os discursos inferidos. Destacamos que todos os protocolos éticos e legais de pesquisas envolvendo seres humanos foram seguidos, com a autorização dos entrevistados, o anonimato e a confidencialidade das informações a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCA, sob o parecer n.º 3.494.864.

## **6 - RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta seção apresenta como a autoavaliação está inserida no cotidiano dos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri, a partir de relatos dos coordenadores de cursos de graduação e dos aspectos presentes nos documentos oficiais, especialmente nos Projeto Pedagógico de Cursos desta Instituição de Educação Superior.

Em relação ao perfil dos participantes desta pesquisa, coordenadores que estavam atuando na gestão do curso no ano de 2020, foram 64,3% do sexo masculino e 35,7% do sexo feminino; 78,6% com titulação de doutorado e 21,4% com mestrado. Além disso, constatou-se que a maior parte dos entrevistados (57,4%) ingressou nesta IES entre 2016 e 2019, enquanto os demais (42,6%) adentraram nos anos de 2010 a 2014. Observa-se que há uma predominância de coordenadores do sexo masculino e com doutorado, no que se refere ao tempo na instituição as diferenças ocorrem em decorrência do período de criação da mesma, antes era um *campus* avançado da Universidade Federal do Ceará, no período de 2006 a 2013, e como IES federal a partir de 2013.

A partir do quadro analítico documental, verificou-se nos PPC de graduação da UFCA, a presença de elementos referentes à autoavaliação institucional em 55% dos textos. Na maior parte, o processo de autoavaliação é visto como ação de melhoria dos cursos, enquanto exercício de auto reflexão e possibilidade de aprimoramento. Ocasionalmente, encontram-se descritos os desafios no que tange a realização dessa prática, especialmente naqueles documentos implantados antes da obrigatoriedade da participação dos estudantes neste



coordenadores, pouco são utilizadas para ações de melhoria nos cursos. Destacam que, como instrumento de compreensão do contexto, poderia contribuir para revisão dos fluxos das disciplinas, aumento do diálogo com os estudantes e como limitantes, apontam o tipo de linguagem, a forma de divulgação, e a falta de clareza dos encaminhamentos decorrentes do processo avaliativo.

A importância e necessidade de realização da autoavaliação institucional é um consenso por parte dos entrevistados, no entanto constata-se que a inserção da autoavaliação dentro dos cursos ocorre de maneira pontual, sem uma articulação com os diferentes atores: estudantes, docentes, gestores educacionais, técnicos-administrativos e sociedade civil. A autoavaliação é compreendida, por parte dos coordenadores (42,8%), como a avaliação pedagógica dos docentes e estudantes acerca do funcionamento do curso, disciplinas e infraestrutura da IES, e considerá-la desta maneira, é um limitante.

No que tange a finalidade da autoavaliação institucional para a prática profissional, somente 21,4% dos coordenadores de cursos demonstraram conhecer as diversas dimensões que a mesma busca avaliar. Ao verificar esse percentual tão pequeno, pode-se afirmar que essa realidade demonstra uma fragilidade no que diz respeito à formação dos docentes e coordenadores de cursos, em relação aos processos de avaliação. Com isso, torna-se válido ressaltar que as IES devem englobar, na realização da autoavaliação institucional, ações voltadas para o planejamento institucional, práticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão, infraestrutura, responsabilidade social, dentre outras. Tais ações revelam que esse tipo de avaliação não pode ser compreendida de maneira isolada e burocratizada, sobretudo porque é algo basilar da autoavaliação institucional, conhecer o todo das IES e não somente parte delas (BRASIL, 2004).

Levar em consideração a autoavaliação institucional como importante foi um dos aspectos encontrados pelos gestores e técnicos administrativos participantes dos estudos de Maba e Marinho (2012) e Andriola e Sousa (2010). Por outro lado, Falleiros, Pimenta e Valadão Júnior (2016) identificaram pouco apreço e conhecimento sobre a mesma, sendo equivocadamente depreendida como avaliação de progressão de carreira docente, de maneira similar ao que coletamos em alguns discursos dos entrevistados da pesquisa em curso.

A dificuldade em conhecer a autoavaliação institucional, suas dimensões e pouco utilizá-la como uma ferramenta relevante para o dia-a-dia de um gestor da educação superior, sobretudo para o autoconhecimento da realidade inserida e a construção de estratégias organizacionais para a melhoria está relacionado ao que Andriola e Sousa (2010) compreende como ausência de uma “cultura avaliativa”. Entre outras causas, essa deficiência no âmbito da

cultura avaliativa, pode ser explicada com uma evidência em comum aos trabalhos de Maba e Marinho (2012), Andriola e Sousa (2010), Falleiros, Pimenta e Valadão Júnior (2016) e Ferreira e Freitas (2017), em que verifica-se criticidades ao modo como a autoavaliação institucional acaba sendo induzida pela abordagem mercadológica e controladora do MEC, sendo esta uma preocupação da tendência da avaliação na educação superior expressada por Rothen e Santana (2018) e Dias Sobrinho (2010), a respeito do enfoque regulatório do Sinaes.

Há um tensionamento sobre a obrigatoriedade ou não da autoavaliação institucional, com argumentos favoráveis de ampliação da participação e contrários, com a possibilidade de uma participação burocratizada, podendo ser esvaziada de sentidos. Para o coordenador C02, “[...] com o fato de ela ter se tornando obrigatória acho que agora a gente tem condições de ter uma visão mais ampla e de ter inclusive, melhores parâmetros comparativos.” A modificação na estratégia de participação, de caráter voluntário (ciclo avaliativo 2015-2017) para obrigatória (ciclo avaliativo 2018-2020) contribuiu para que pudessem ser utilizados os resultados, já que representavam a maioria dos estudantes e docentes.

Já para o coordenador C13, a obrigatoriedade em respondê-la vinculada a liberação do sistema acadêmico, pode gerar um preenchimento mecânico para o rápido acesso. Ademais, relata que existe uma diferença do que é apontado na autoavaliação institucional, sobretudo pela comunidade discente, com as discussões ocorridas em outros espaços deliberativos formais e informais. Especificamente, diz que:

Então assim, me parece, né, que a participação estudantil ainda é muito pequena [...] Porque veja bem, abre lá o formulário e você tem que preencher o formulário porque senão você não continua trabalhando nas outras coisas que você realmente quer fazer, bom já aí, tem um ruído aí, né, tem uma coisa que não tá indo muito bem né. E outra coisa, as vezes você vê os *scores* né, até os comentários, né, que são colocados nessa avaliação institucional e aquilo lá não corresponde muito, a de repente ao que você ouve numa assembleia, por exemplo, uma assembleia-geral ou que você vê nas discussões entre e-mails né, e às vezes até nas discussões entre grupos ou colegiado (C013).

Nesse espaço de opiniões diferentes sobre a participação da autoavaliação institucional, é oportuno enfatizar que a Universidade Federal do Cariri nos ciclos avaliativos anteriores, quando não obrigatórios, possuía uma participação estudantil inferior a 20%. Essa questão permeia a cultura organizacional de uma IES frente à valorização dos resultados produzidos pela autoavaliação institucional, através do fortalecimento da cultura avaliativa, devendo ocorrer a inserção dos sujeitos da educação superior: estudantes, professores, coordenadores, gestores, técnicos administrativos, sociedade civil, entre outros (ANDRIOLA, SOUSA; 2010).

Para a avaliação institucional, quando ocorre a avaliação externa, a autoavaliação de caráter obrigatório, no eixo de planejamento e avaliação institucional, no indicador de

participação, a IES deve possibilitar que tenha uma representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, com a prática que não leve a uma composição que seja privilegiado a maior participação de qualquer segmento. Além disso, é necessária a diversidade de instrumentos e o fomento da participação crescente dos diferentes segmentos<sup>1</sup>.

Torna-se importante retratar que 21,4% dos coordenadores expressaram sua opinião quanto ao uso dos resultados da autoavaliação institucional para melhoria da qualidade da IES, tecendo críticas quanto a este processo. Para o coordenador C01, os resultados não são encaminhados de maneira adequada para os setores responsáveis, o coordenador C13 afirma que existem dificuldades no que diz respeito a divulgação, linguagem e comunicação destes resultados e para o coordenador C02 é necessário estimular uma discussão sobre os encaminhamentos dos resultados com os atores educacionais, através da criação de mecanismos que permitam a construção de uma cultura de valorização da avaliação de políticas públicas.

Essas perspectivas trazidas por um baixo quantitativo dos interlocutores desta pesquisa, a respeito do uso dos resultados da autoavaliação institucional, trazem uma interpretação de que há um desencontro entre as informações coletadas no âmbito da avaliação interna e as tomadas de decisões para a melhoria da educação ofertada. A identificação dessa mesma fragilidade foi notada na investigação realizada por Maba e Marinho (2012), também partindo de gestores da educação superior, os quais expressaram o reconhecimento da importância da avaliação institucional, embora boa parte não a tome como ferramenta fundamental às práticas decisórias e revelem um anseio pelo aprimoramento do sistema de avaliação institucional. Revela-se assim, que a contradição entre a importância e um potencial uso restrito dos seus resultados é algo presente nas duas pesquisas.

Nesse caso específico, os coordenadores de curso da UFCA, destacam algumas fragilidades no tocante a sistematização da autoavaliação institucional. Tais fragilidades estão relacionadas ao tipo de linguagem usados nos relatórios da autoavaliação, bem como nos documentos institucionais, além da restrita divulgação. No tocante a não adequação da linguagem dos documentos oficiais de uma IES aos diferentes públicos, Ferreira e Freitas (2017) nos dizem, referente às análises inferidas no caso da UCSAL, que o uso de uma

---

<sup>1</sup> A avaliação externa, chamada de avaliação *in loco*, realizada pelo Inep, contado com avaliadores externos, que são docentes de IES brasileira. No documento “Instrumento de Avaliação Institucional Externa”, tem uma pontuação em cada indicador e 1 a 5, no “indicador 1.2 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica”, o conceito 5 “O projeto de autoavaliação descreve como ocorrerá a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles), abrange instrumentos de coleta diversificados (voltados às particularidades de cada segmento e objeto de análise) e estratégias para fomentar o engajamento crescente” (INEP, 2017, p.9).

linguagem técnica, pouco acessível para a comunidade acadêmica em geral, torna-se uma barreira para a participação dos diferentes atores nas atividades que envolvem a avaliação educacional. A partir dessa reflexão, podemos afirmar que é pouco provável uma participação diversa e efetiva, em um contexto de pouco conhecimento do que se trata e para que serve a avaliação institucional, de maneira a considerá-la restrita aos gestores e técnicos da educação superior.

### ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

A avaliação de políticas públicas não pode ser considerada como uma tarefa simples. Tratando-se especificamente do campo educacional, onde este trabalho está inserido, a avaliação torna-se ainda mais complexa, por envolver intervenções técnicas, políticas e mercadológicas, bem como múltiplos interessados: organizações financeiras, instituições públicas de regulação e controle, sociedade civil, estudantes, professores, dentre outros. Tais intervenções e interessados centralizam-se na busca por uma educação de qualidade.

Nesse contexto, devemos sinalizar que as políticas públicas de avaliação da educação superior no Brasil já sofreram intensas modificações, com fortes influências das agendas de cada Governo Federal, até a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, modelo implantado em 2004, em vigor atualmente. O Sinaes, introduz duas perspectivas de avaliação: a regulatória, voltada para o monitoramento da qualidade da educação, com enfoque no acompanhamento estatístico das realidades institucionais; e a formativa, sobretudo a partir da autoavaliação institucional, buscando inserir a autorreflexão dos diferentes sujeitos na dinâmica de avaliar a sua realidade, aproximando o contexto vivenciado pela instituição para melhoria da qualidade da educação ofertada. Há uma rica e diversificada literatura especializada que evidencia que esta última tende a ser pouco estudada, utilizada e valorizada.

Neste caso em específico, ao buscarmos analisar a autoavaliação institucional no contexto dos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri, através de relatos de coordenadores de cursos e uma pesquisa documental focada nos Projetos Pedagógicos de Cursos, deparamo-nos com opiniões, experiências e resultados pouco homogêneos. Quanto à documentação investigada, observou-se um número considerável de referência da autoavaliação institucional, embora poucos textos trouxessem uma abordagem que apontasse esta avaliação como um dos recursos disponíveis para discussões coletivas e tomadas de decisões.

Verificou-se, nos relatos dos coordenadores de cursos, um denominador comum no que tange a autoavaliação institucional: considerá-la importante e pouco conhecimento sobre as finalidades e dimensões da mesma, onde 42,8% a categorizou como avaliação pedagógica docente. Além disso, identificamos pontos de vistas diferentes sobre a obrigatoriedade dos estudantes em respondê-la, de um lado acredita-se na disposição de dados que permitam um diagnóstico melhor representado e, por outro, a automatização das respostas, podendo mascarar a realidade. Todos os entrevistados realizaram considerações voltadas a criticar o sistema de avaliação, quer seja pelo tipo de linguagem utilizada e a dificuldade em acessar os relatórios da autoavaliação, quer seja o distanciamento entre os resultados produzidos e o propósito de melhoria, ou seja, a dificuldade no uso dos resultados.

Os aspectos encontrados no presente estudo expõem que a cultura de valorização da avaliação dentro desta IES ainda é um desafio a ser enfrentado, as práticas avaliativas ocorrem de forma ritualizada, para fins burocráticos, com pouco acesso e utilização dos resultados. Existe uma necessidade de ampliação do uso da avaliação e da inserção dentro dos espaços organizacionais, principalmente no âmbito da gestão, enquanto o tivermos para fins burocráticos, há limitação do seu potencial para melhoria contínua, ressalta-se que a implementação de uma cultura avaliativa é algo que ocorre de maneira gradual, tendo um ritmo que demanda de diferentes fatores, atores e no contexto investigado inclui a temporalidade, visto que é uma instituição nova.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n.53, p. 267-284, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/02.pdf>. Acesso em: 10 set.2020.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SOUZA, Laura Alves De. Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca da autoavaliação institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, p. 45-72, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yBQXMMzNYbMBrLTKBqmtQjK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 40**, de 12 de dezembro de 2007(\*), Republicada por ter saído, no DOU n. 239, de 13-12-2007, Seção 1, p. 39-43, com incorreção no original. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília - DF, n. 249, seção 1, quarta-feira, 29 de dezembro de 2010, páginas 23-31. Disponível em: [http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria\\_Normativa\\_40-2007\\_-\\_publicada.pdf](http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria_Normativa_40-2007_-_publicada.pdf). Acesso em 09 de jul. de 2019.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1192>. Acesso em: 20 out. 2020.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SkVnKQhDyk6fkNngwvZq44c/?lang=pt>. Acesso: 25 set. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RbsQFJt9w7Xyqc9gpjrXYFg/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8vyyv53ksSMWX7jhYsHLsXv/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FALLEIROS, Ana Elisa de Souza; PIMENTA, Márcio Lopes. VALADÃO JUNIOR, Valdir Machado. **O significado da autoavaliação institucional na perspectiva de técnicos-administrativos de uma universidade pública**. **Avaliação**, v. 21, n. 2, p. 593-618, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/YZW4pnFB9MgY8xr9FTkcgtx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FERREIRA, Maurício da Silva; FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro de. Implicações da avaliação institucional na gestão universitária: a experiência da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 201-221, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/tj47nH6fPSdW35hnpfbMtNc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições**. Brasília: INEP, 2004. 41 p. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/roteiro\\_de\\_auto\\_avaliacao\\_institucional\\_2004.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf). Acesso em: 10 jan. 2018.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2018.

MABA, Elita Grosch; MARINHO, Sidnei Vieira. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: Estudo de caso das Faculdades SENAC/SC. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 17, p. 455-480, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/TFs3yGD9bmqbFnk8wDpZjgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; GUSSI, Alcides Fernando. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. In: CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, 2017, Madrid. Anais... Madrid, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32515>. Acesso em: 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Lilian Ribeiro de; PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 324-337, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/svZxsKnLTZ4RWnLGG93bYfH/abstract/?lang=es>. Acesso em: 25 out. 2020.

POLIDORI, Marlis Morosini; ARAUJO, Claisy Marinho; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** [online]. Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400002&script=sci_arttext). Acesso em: 05 jun. 2019.

RISTOFF, Dilvo. Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 9 - 32, 13 dez. 2018. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8406>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. **American Educational Research Association Monograph series on curriculum evaluation**. Chicago: Rand McNally, v. 1, , 1967, p. 39-83. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED014001.pdf>. Acesso em: 20 mai. 20 mai. 2021.

STUFFLEBEAM, Daniel L. The metaevaluation imperative. **American Journal of Evaluation**, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001. Disponível em: [http://www.wmich.edu/evalphd/wpcontent/uploads/2011/02/The\\_Metaevaluation\\_Imperative.pdf](http://www.wmich.edu/evalphd/wpcontent/uploads/2011/02/The_Metaevaluation_Imperative.pdf). Acesso em: 10 jan. 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político- Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

VIZEU CAMARGO, Brigido; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532016.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.